

# Relatório Intermediário de Autoavaliação

## 4º Plano de Ação Nacional

Parceria para Governo Aberto – OGP  
Open Government Partnership

Brasília  
Agosto, 2019



## Sumário

I – Introdução .....	3
II – O Processo de Elaboração do 4º Plano de Ação Nacional.....	4
1. Metodologia .....	4
2. Definição de Temas .....	4
a. Fase 1 – Consulta Pública – Temas priorizados pela Sociedade Civil .....	5
b. Compilação .....	6
c. Fase 2 – Consulta Pública para priorização de temas .....	6
3. Oficinas de Cocriação.....	9
4. Aprovação do Plano.....	10
III. Síntese dos compromissos .....	13
IV. MONITORAMENTO.....	18
V – Informações Consolidadas sobre os Compromissos .....	22
Desempenho Geral do 4º Plano de Ação Nacional.....	22
Compromisso 1 – Governo Aberto em Estados e Municípios .....	23
Compromisso 2 – Ecossistema de Dados Abertos .....	24
Compromisso 3 – Inovação e Governo Aberto na Ciência.....	25
Compromisso 4 – Fortalecimento do Controle Social do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN .....	25
Compromisso 5 – Análise de Satisfação dos Usuários e Impacto Social da Regulação da ANTT .....	26
Compromisso 6 – Transparência e Controle social no Processo de Reparação de Mariana e Região.....	27
Compromisso 7 – Transparência do Processo Legislativo .....	28
Compromisso 8 – Transparência Fundiária .....	29
Compromisso 9 – Governo Aberto e Clima .....	30
Compromisso 10 – Governo Aberto e Recursos Hídricos .....	31
Compromisso 11 – Lei de Acesso à Informação (LAI) em Estados e Municípios .....	32
VI – Conclusão .....	34
VII – Anexo.....	35

## I – Introdução

O Brasil está executando o seu 4º Plano de Ação Nacional. Elaborado sob a mesma perspectiva do 3º Plano, e seguindo a mesma metodologia, que foi replicada e elogiada internacionalmente, a expectativa é de que ele alcance resultados ainda mais significativos após o biênio de sua vigência.

Composto por 11 compromissos, que foram cocriados com o envolvimento de 105 pessoas, representantes de 88 instituições, sendo 39 organizações da sociedade civil, 39 órgãos da Administração Pública Federal e 10 órgãos das Administrações Públicas Estaduais e Municipais, sempre com o intuito de fortalecer constantemente os princípios que norteiam as ações da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*), o 4º Plano de Ação Nacional é fruto de um intenso trabalho de parceria entre governo e sociedade civil e reflete os esforços realizados para a consolidação da transparência, da participação cidadã e da responsividade.

Este Relatório de Autoavaliação Intermediário apresenta informações sobre o processo de construção do 4º Plano de Ação brasileiro e sobre a situação de seus compromissos, considerando o período compreendido entre outubro de 2018 e agosto de 2019.

Mais informações sobre os Planos de Ação brasileiros e outras iniciativas relacionadas a governo aberto estão disponíveis no endereço: [www.governoaberto.cgu.gov.br](http://www.governoaberto.cgu.gov.br)

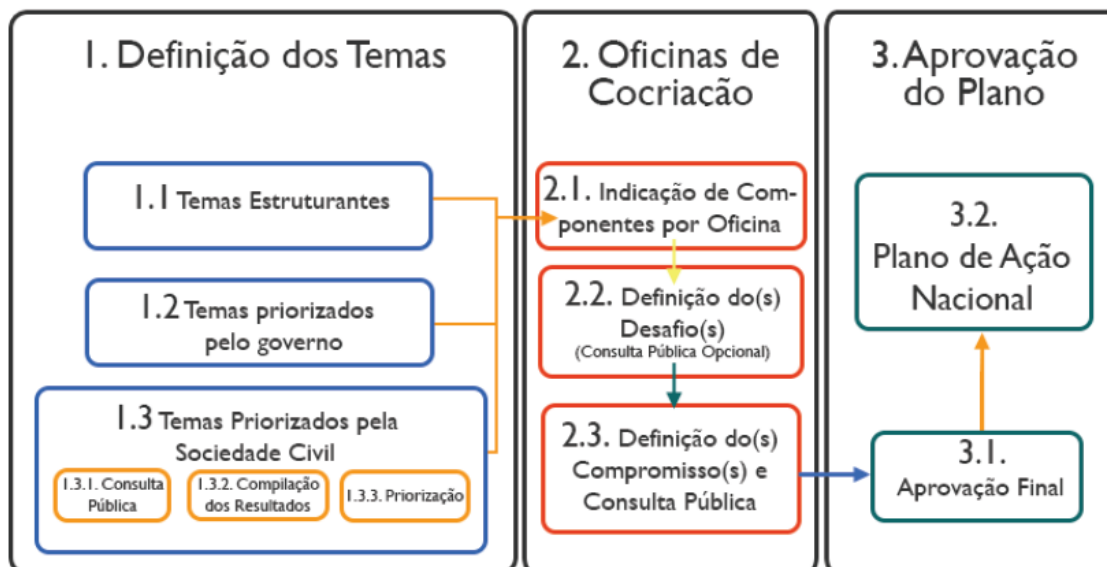
## II – O Processo de Elaboração do 4º Plano de Ação Nacional

### 1. Metodologia

A formulação do 4º Plano de Ação do Brasil seguiu a metodologia utilizada para construção do 3º Plano, visto ela ter materializado, com sucesso, uma mudança significativa em relação aos planos anteriores e ter assegurado o aprimoramento da colaboração entre governo e sociedade, resultando na construção de compromissos mais dinâmicos e objetivos.

A metodologia, elaborada pelo Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto – GE-CIGA – e pelas entidades integrantes do 1º GT da Sociedade Civil, estabeleceu que o processo de construção do Plano de Ação brasileiro devia ocorrer em três fases de trabalho, a saber: i) Fase de Definição de Temas; ii) Fase de Cocriação; e iii) Fase de Aprovação do Plano.

O quadro abaixo resume esquematicamente as três etapas previstas na metodologia:



### 2. Definição de Temas

A fase de “Definição dos Temas” compreendeu a etapa de seleção dos principais assuntos relacionados às políticas de Governo Aberto. Divididos em três categorias – i) estruturantes, ii) priorizados pelo governo, e iii) priorizados pela sociedade civil –, o

único pré-requisito metodológico era de que todas as proposições tivessem relação com os princípios de participação social, transparência, prestação de contas e responsabilidade (accountability), e tecnologia/ inovação.

- Os temas estruturantes envolvem assuntos que, por sua própria natureza, têm a possibilidade de potencializar as políticas de Governo Aberto no Brasil. As áreas de trabalho para compor este grupo são selecionadas pelo GE-CIGA e pelo GT da Sociedade Civil.
- Os temas priorizados pelo governo são identificados como aqueles de importância estratégica para o Governo Federal.
- Os temas priorizados pela sociedade civil são selecionados por meio de consulta pública. Inicialmente, o processo abre espaço para a sugestão de qualquer assunto que a sociedade considere importante ser tratado por meio de políticas de governo aberto. Compiladas as manifestações, a lista é submetida à avaliação do GT da Sociedade Civil, que coloca os temas em nova consulta pública, desta vez para votação.

#### **a. Fase 1 – Consulta Pública – Temas priorizados pela Sociedade Civil**

A consulta pública para selecionar os temas da sociedade civil na construção do 4º Plano de Ação do Brasil na OGP ocorreu entre os dias 04 de abril de 2018 e 22 de abril de 2018, por meio do site [www.governoaberto.cgu.gov.br](http://www.governoaberto.cgu.gov.br)<sup>1</sup>.

A consulta teve o objetivo de identificar temas que a sociedade gostaria de ver aprofundados e discutidos nas oficinas de cocriação, com a finalidade de construir, em conjunto, compromissos internacionais no âmbito da OGP. No total, foram apresentadas [92 contribuições](#)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> As informações sobre a consulta estão disponíveis em: <https://governoaberto.cgu.gov.br/a-ogp/planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/definicao-dos-temas>

<sup>2</sup> Para acessar a lista completa das propostas apresentadas, acesse: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2018/aberta-fase-de-priorizacao-de-temas-para-o-4o-plano-de-acao/copia-de-planilha-temas-consulta-1o-etapa-versao-final.xlsx>

## **b. Compilação**

A partir de contribuições da sociedade, foi identificada a aderência das propostas aos princípios de governo aberto. Feito esse exercício de classificação, foi realizada uma compilação em grandes grupos temáticos. Esse trabalho de subdivisão objetivou uma melhor sistematização do processo de proposição dos temas.

Importante destacar que, mesmo nos casos em que a proposta apresentada tinha pouca ou nenhuma relação com governo aberto, a manifestação do cidadão foi considerada, sendo incorporada em grupos com abordagens próximas. Assim, as 92 propostas de temas apresentadas pela sociedade foram agrupadas em 29 grupos temáticos específicos. A sistematização foi realizada pela CGU em parceria com o GT da Sociedade Civil.

## **c. Fase 2 – Consulta Pública para priorização de temas**

A segunda fase da consulta pública foi realizada entre os dias 27 de abril de 2018 e 06 de maio de 2018, por meio do site [www.governoaberto.cgu.gov.br](http://www.governoaberto.cgu.gov.br)

De acordo com a metodologia aprovada, a sociedade participaria da escolha de quatro temas, os quais seriam trabalhados posteriormente nas oficinas de cocriação, resultando em compromissos para o futuro Plano de Ação.

A fase 2 da consulta pública teve como objetivo definir, por meio de votação aberta, os 4 temas que seriam priorizados pela sociedade para inclusão no 4º Plano de Ação. Assim, tomando-se por base a compilação dos temas sugeridos na primeira etapa, foi disponibilizado espaço para votação em, no máximo, 5 dos 29 grupos temáticos definidos. A fim de evitar votações duplicadas de uma única pessoa, o sistema de apuração previu a exclusão de CPF repetidos, valendo a última manifestação realizada pelo cidadão.

No total, foram contabilizados 2002 votos, conforme tabela a seguir:

<b>GRUPO TEMÁTICO</b>	<b>NÚMERO DE VOTOS RECEBIDOS</b>
Transparência fundiária	156
Governo aberto e clima	136
Governo aberto e recursos hídricos	122
Transparência governamental	116
Participação Social	101
Controle social da Agenda 2030 das ODS	97
Dados abertos	98
Fortalecimento dos órgãos de controle nos estados e municípios	96
Governo aberto em estados e municípios	95
Transparência no Judiciário e Ministério Público	90
Transparência das obras públicas	84
Governo aberto, povos indígenas e comunidades tradicionais	80
Transparência e controle social em educação	75
Governo aberto e saúde	72
Integridade na gestão pública	71
Governo aberto e gênero	66
Controle social	61
Governo aberto e energia	54
Privacidade e dados pessoais	49
Governo aberto no legislativo	47
Abertura de códigos e algoritmos de sistemas públicos	40
Tecnologia e recursos digitais de educação	36
Governo aberto e a questão racial	32
Governo aberto e idosos	31
Inovação - Blockchain, QR-Code e Inteligência Artificial	29
Governo aberto e dados históricos	22

<b>Governo aberto e cultura</b>	22
<b>Transparência da gestão pesqueira</b>	13
<b>Transparência e difusão de serviços para pessoas com deficiência</b>	11
<b>TOTAL</b>	<b>2002</b>

Os quatro temas priorizados pela sociedade civil e suas descrições estão apresentados abaixo:

<b>Temas mais votados</b>	<b>Descrição</b>
Transparência Fundiária	Promover iniciativas que viabilizem o registro unificado, completo, atualizado e georreferenciado das propriedades de terra urbana e rural, com vistas a garantir a transparência das informações fundiárias
Governo Aberto e Clima	Promover a abertura de dados ambientais e relacionados à temática ambiental, com vistas a ampliar os espaços de participação social no tema e garantir sua aderência a compromissos internacionais como a Agenda 2030
Governo Aberto e Recursos Hídricos	Levantamento e disponibilização de dados de políticas públicas que têm repercussão ou que sofram impacto da gestão dos recursos hídricos, com vistas a dar maior transparência sobre a situação das águas no país e dos desafios para a melhoria de sua disponibilidade em qualidade e quantidade
Transparência Governamental (LAI em Estados e Municípios)	Incrementar o acesso à informação pública no âmbito de estados e municípios

Para mais informações sobre o resultado da votação dos temas priorizados pela sociedade, acesse: <http://www.governoaberto.cgu.gov.br/noticias/2018/confira-os-4-temas-priorizados-pela-sociedade-para-compor-o-4o-plano-de-acao-do-brasil-na-ogp>



### 3. Oficinas de Cocriação

As oficinas de cocriação são reuniões que materializam o trabalho colaborativo entre governo e sociedade e permitem um amplo debate entre especialistas em cada um dos temas priorizados.

As oficinas de cocriação foram coordenadas pelo GT da Sociedade Civil e pelo GE-CIGA, em conjunto, e cada tema foi desenvolvido em duas etapas: a primeira para discussão dos desafios e a segunda para definição dos compromissos. Assim, ao final da segunda etapa, cada grupo tinha definido o compromisso brasileiro no tema, os atores responsáveis por sua execução, bem como os prazos e os marcos (ações) para monitoramento.

Vale destacar que, diferentemente do 3º Plano de Ação, e com vistas a permitir uma participação ainda mais ampla da sociedade no processo de construção do 4º Plano, foi realizada, entre a primeira e a segunda etapas das oficinas de cocriação, consultas públicas, originalmente consideradas opcionais, para priorização dos desafios que norteariam a definição dos compromissos do futuro Plano. Neste novo desenho, ao final da primeira etapa das oficinas, os participantes elencaram 3 desafios considerados fundamentais para se avançar no tema em questão. Colocados para votação por um período de 15 dias, chegava-se ao desafio eleito pela sociedade e este passava a orientar, a partir de então, as ações da oficina de elaboração dos compromissos.

Cabe ressaltar, ainda, que as indicações dos participantes que integraram as oficinas foram feitas em conjunto, pelo GT da Sociedade Civil e pelo GE-CIGA, sendo cada grupo composto, em geral, por 5 representantes do governo e 5 da sociedade civil.

Além disso, a fim de garantir o máximo de transparência e permitir o acompanhamento dos debates, a memória de cada oficina foi disponibilizada ao público após a realização das reuniões ([http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/copy\\_of\\_planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/oficinas-de-cocriacao-4-o-plano-de-acao](http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/copy_of_planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/oficinas-de-cocriacao-4-o-plano-de-acao)).

Como pontos que merecem destaque, menciona-se o envolvimento direto, desde o Plano anterior e repetindo-se no 4º Plano de Ação, de entes subnacionais nas discussões e na construção de compromissos e, também, a participação do Legislativo no processo de elaboração e implementação do Plano de Ação Nacional.

A ampliação da participação desses atores tem sido estimulada nacional e internacionalmente, visto que ela diversifica as perspectivas e os desdobramentos dos compromissos e confere ao Plano maior alcance e legitimidade.

#### 4. Aprovação do Plano

Para validar o trabalho colaborativo das oficinas, todos os compromissos firmados foram submetidos à avaliação do GT da Sociedade Civil e do GE-CIGA. Além disso, a versão final do Plano de Ação foi encaminhada a todos os órgãos de governo para conhecimento e manifestação.

O quadro abaixo apresenta os temas das oficinas, bem como os compromissos definidos em cada uma delas:

Tema	Categoria	Compromisso
Governo Aberto em Estados e Municípios	Estruturante	Desenvolver ações colaborativas para disseminar conhecimento e mapear boas práticas de governo aberto com vistas a promover o engajamento subnacional
Ecosistema de Dados Abertos	Estruturante	Estabelecer, de forma colaborativa, modelo de referência de política de dados abertos que promova integração, capacitação e sensibilização entre sociedade e as três esferas de governo a partir do mapeamento das demandas sociais
Inovação e Governo Aberto na Ciência	Priorizado pelo governo	Estabelecer mecanismos de governança de dados científicos para o avanço da ciência aberta no Brasil

<p>Controle Social do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN</p>	<p>Priorizado pelo governo</p>	<p>Implementar ações de formação voltadas aos gestores públicos e à sociedade civil com o objetivo de ampliar o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e fortalecer o controle social da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)</p>
<p>Análise e Satisfação dos Usuários e Impacto Social da Regulação da ANTT</p>	<p>Priorizado pelo governo</p>	<p>Definir mecanismo de coleta de dados para melhoria de serviços regulados pela Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) e estímulo da participação da sociedade nas pesquisas de satisfação</p>
<p>Transparência e Controle no Processo de Reparação de Mariana e de outros Municípios da Região</p>	<p>Priorizado pelo governo</p>	<p>Implementar instrumentos e ações de transparência, acesso à informação e construção de capacidades para ampliar e qualificar a participação e o controle social no processo de reparação</p>
<p>Transparência do Processo Legislativo</p>	<p>Priorizado pelo governo</p>	<p>Incrementar a participação de diversos segmentos sociais no processo legislativo (elaboração de normas) a partir de esforços integrados que ampliem a transparência, adequem a linguagem e a comunicação e promovam a inovação</p>
<p>Transparência Fundiária</p>	<p>Priorizado pela sociedade civil</p>	<p>Implementar as bases cadastrais rurais (Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR) e urbanas de forma integrada, disponibilizando os dados à sociedade, com vistas à operacionalização do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER)</p>

Governo Aberto e Clima	Priorizado pela sociedade civil	Construir de forma participativa um mecanismo transparente para avaliação de ações e políticas associadas a mudança do clima
Governo Aberto e Recursos Hídricos	Priorizado pela sociedade civil	Aperfeiçoar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos (SNIRH) com vistas ao fortalecimento dos Comitês em áreas críticas para gestão integrada dos Recursos Hídricos
Transparência Governamental – LAI em Estados e Municípios	Priorizado pela sociedade civil	Desenvolver Sistema Eletrônico Nacional para solicitação de informações (e-SIC) com o objetivo de implementar a LAI em estados e municípios

Informações detalhadas a respeito de cada compromisso, inclusive a descrição do contexto que motivou sua elaboração, seus marcos, prazos e responsáveis estão apresentadas no endereço: [http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/copy\\_of\\_3o-plano-de-acao-brasileiro/oficinas-de-cocriacao-4-o-plano-de-acao](http://www.governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/planos-de-acao-1/copy_of_3o-plano-de-acao-brasileiro/oficinas-de-cocriacao-4-o-plano-de-acao)

Além disso, assim como no 3º Plano de Ação Nacional, buscou-se garantir a aderência dos temas do 4º Plano aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS – previstos na nova Agenda 2030, com vistas a reforçar os esforços empreendidos pelo país para implementar os 17 objetivos e suas 169 metas.

### III. Síntese dos compromissos

#### Governo Aberto em Estados e Municípios

**Compromisso 1: Desenvolver ações colaborativas para disseminar conhecimento e mapear boas práticas de governo aberto com vistas a promover o engajamento subnacional.**

*O compromisso visa não somente difundir o conceito de Governo Aberto no âmbito subnacional, mas também iniciativas que estimulem novas práticas colaborativas de gestão pública, com vistas a promover a implementação de ações de governo aberto em estados e municípios.*

**Objetivo Agenda 2030:** 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; e 16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

#### Ecosistema de Dados Abertos

**Compromisso 2: Estabelecer, de forma colaborativa, modelo de referência de política de dados abertos que promova integração, capacitação e sensibilização entre sociedade e as três esferas de governo a partir do mapeamento das demandas sociais.**

*O compromisso tem como objetivo principal fomentar a criação de um ecossistema que estimule a utilização de dados abertos e promova a abertura de dados dos governos federal, estaduais e municipais de interesse da sociedade.*

**Objetivo Agenda 2030:** 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; e 16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

#### Inovação e Governo Aberto na Ciência

**Compromisso 3: Estabelecer mecanismo de governança de dados científicos para o avanço da ciência aberta no Brasil.**

*O compromisso pretende avançar nos processos relacionados à disponibilização de dados abertos de pesquisa científica por meio do aprimoramento de instrumentos de governança.*

**Objetivo Agenda 2030:** 9.5 - Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente

*o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento.*

### **Fortalecimento do Controle Social do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN**

***Compromisso 4: Implementar ações de formação voltadas aos gestores públicos e à sociedade civil com o objetivo de ampliar o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e fortalecer o controle social da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).***

*O compromisso pretende ampliar a participação e o controle social na Política de Segurança Alimentar por meio do apoio aos estados (CAISANS e CONSEAS Estaduais) para elaboração e monitoramento do Planos de Segurança Alimentar e Nutricional em nível local*

***Objetivo Agenda 2030: 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.***

### **Análise de satisfação dos usuários e impacto social da regulação da ANTT**

***Compromisso 5: Definir mecanismo de coleta de dados para melhoria de serviços regulados pela Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) e estímulo da participação da sociedade nas pesquisas de satisfação.***

*O compromisso busca, essencialmente, promover regulação por meio de incentivos e com a melhor observação dos problemas dos mercados regulados, por meio da otimização do processo de coleta de dados sobre a satisfação dos usuários com os serviços e melhoria efetiva desses serviços.*

***Objetivo Agenda 2030: 11.2 - Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos***

## **Transparência e Controle Social no Processo de Reparação de Mariana e de outros Municípios da Região**

**Compromisso 6: Implementar instrumentos e ações de transparência, acesso à informação e construção de capacidades para ampliar e qualificar a participação e o controle social no processo de reparação.**

*O compromisso busca encontrar formas de promover ações de transparência e controle social no processo de reparação de Mariana e de outros municípios da região, em decorrência do rompimento de barragens, priorizando o trabalho junto aos envolvidos no processo.*

**Objetivo Agenda 2030:** 3.9 - Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo.

### **Transparência do Processo Legislativo**

**Compromisso 7: Incrementar a participação de diversos segmentos sociais no processo legislativo (elaboração de normas) a partir de esforços integrados que ampliem a transparência, adequem a linguagem e a comunicação e promovam a inovação.**

*O compromisso pretende aprimorar a transparência do processo legislativo por meio do aperfeiçoamento da apresentação das informações de tramitação de proposições para possibilitar um melhor acompanhamento das matérias e maior participação dos cidadãos e entidades da sociedade civil.*

**Objetivo Agenda 2030:** 16.6 - Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; e 16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

### **Transparência Fundiária**

**Compromisso 8: Implementar as bases cadastrais rurais (Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR) e urbanas de forma integrada, disponibilizando os dados à sociedade, com vistas à operacionalização do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER).**

*O compromisso pretende promover iniciativas que viabilizem o registro unificado, completo, atualizado e georreferenciado das propriedades de terra urbana e rural, com vistas a garantir a transparência das informações fundiárias. Tal medida seria materializada por meio da integração das diversas bases cadastrais produzidas pelos órgãos da administração pública em um cadastro único, urbano e rural, garantindo à sociedade acesso aos dados.*

**Objetivo Agenda 2030:** 16.10 - *Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.*

#### **Governo Aberto e Clima**

**Compromisso 9:** *Construir de forma participativa um mecanismo transparente para avaliação de ações e políticas associadas a mudança do clima.*

*O compromisso é voltado para o aprimoramento da gestão e do planejamento da Política Climática, por meio da avaliação de políticas e ações, e para a ampliação dos espaços de participação social.*

**Objetivo Agenda 2030:** 13 - *Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; e 16.10 - Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.*

#### **Governo Aberto e Recursos Hídricos**

**Compromisso 10:** *Aperfeiçoar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos (SNIRH) com vistas ao fortalecimento dos Comitês em áreas críticas para gestão integrada dos Recursos Hídricos.*

*O compromisso buscou encontrar mecanismos para viabilizar o levantamento e a disponibilização de dados de políticas públicas que têm repercussão ou que sofram impacto da gestão dos recursos hídricos, com vistas a dar maior transparência sobre a situação das águas no país e dos desafios para a melhoria de sua disponibilidade em qualidade e quantidade.*

**Objetivo Agenda 2030:** 6.5 - *Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado; e 16.7 - Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.*

#### **Transparência Governamental – Lei de Acesso à Informação em Estados e Municípios**

**Compromisso 11:** *Desenvolver Sistema Eletrônico Nacional para solicitação de informações (e-SIC) com o objetivo de implementar a Lei de Acesso à Informação (LAI) em estados e municípios.*



*O compromisso busca incrementar o acesso à informação pública no âmbito de estados e municípios por meio, principalmente, do desenvolvimento e implantação de uma plataforma unificada para pedido de acesso à informação, sendo essencial, ainda, sua disponibilização sem custo para os entes subnacionais.*

**Objetivo Agenda 2030:** 16.10 - *Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.*



## IV. MONITORAMENTO

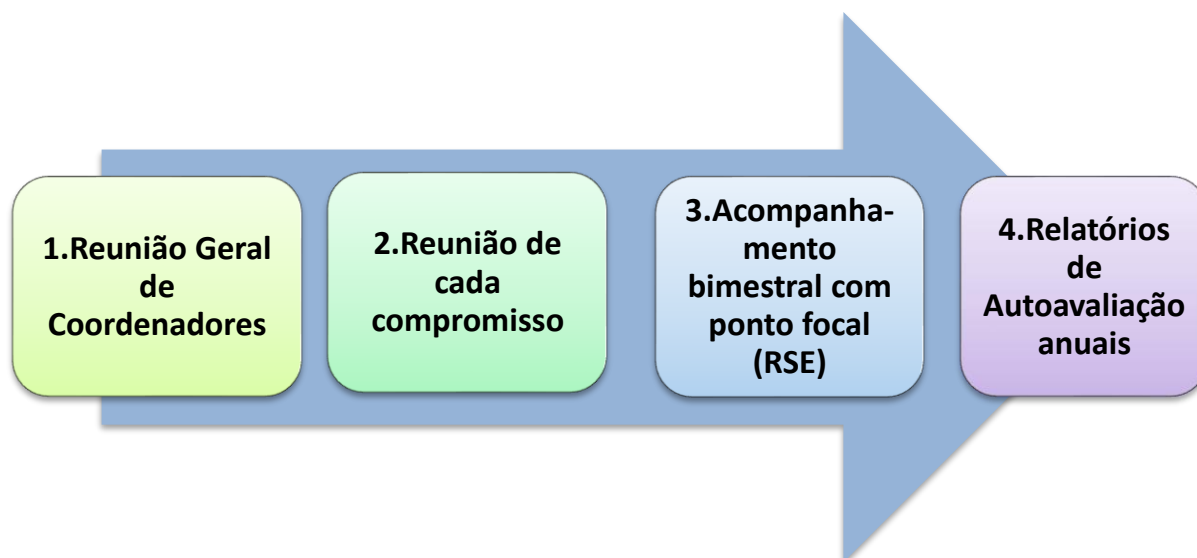
O monitoramento dos Planos de Ação Nacionais tem o propósito de subsidiar os atores envolvidos na execução dos compromissos com informações atualizadas, simples e objetivas, a fim de que correções e eventuais ajustes possam ser realizados de forma tempestiva.

O modelo de monitoramento que orientou a construção do 4º Plano de Ação estabeleceu que o trabalho de acompanhamento e avaliação dos compromissos brasileiros seria feito em conjunto pelo governo, representado pelo GE-CIGA, e pela sociedade civil, representada pelo GT da Sociedade Civil.

Diferentemente do processo de elaboração e monitoramento do 3º Plano de Ação Nacional, quando um mesmo grupo de entidades da sociedade civil auxiliou na elaboração e no monitoramento do Plano, no 4º Plano de Ação, o grupo de entidades integrantes do 1º GT da Sociedade Civil participou do processo de elaboração, enquanto novas entidades, selecionadas para comporem o 2º GT da Sociedade Civil, participam agora do processo de monitoramento. Tal mudança de procedimento foi uma solicitação dos representantes do 1º GT da Sociedade Civil acatada pelo GE-CIGA.

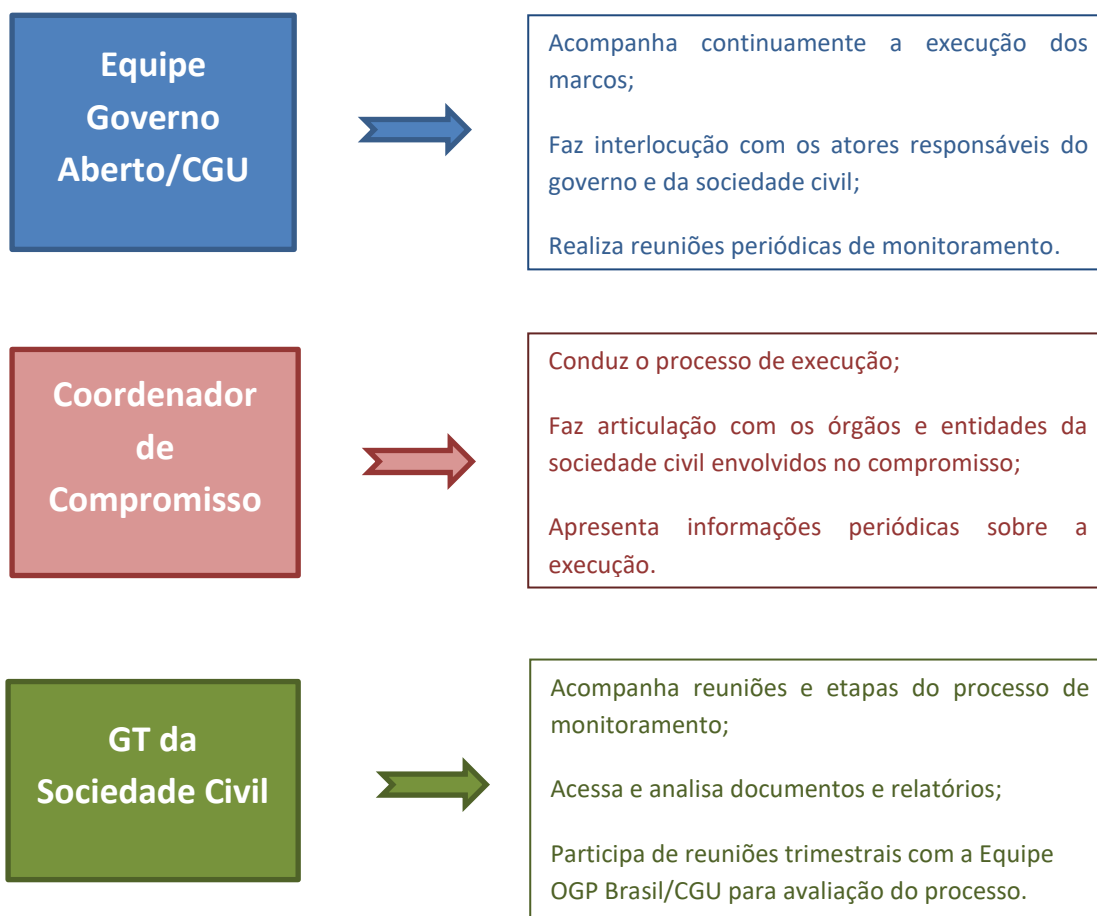
Cabe destacar também que o processo de monitoramento manteve a previsão da realização de reuniões semestrais para alinhamento de informações, bem como da elaboração bimestral de Relatórios de Status de Execução (RSE).

A figura abaixo apresenta o ciclo de monitoramento que foi adotado para acompanhamento da execução do 4º Plano de Ação Nacional.



Os 11 compromissos foram divididos em três grupos. Cada grupo tem um representante da Equipe Governo Aberto/CGU e um ou mais representantes do GT da Sociedade Civil como monitores. Os monitores têm a função de acompanhar o desenvolvimento dos marcos, auxiliar o coordenador do compromisso e dar assistência para a efetiva execução das atividades.

A figura abaixo apresenta as atribuições de cada representante no processo de implementação do 4º Plano de Ação:



Apesar de estarem divididos em grupos, todos os compromissos permanecem independentes e autônomos entre si, com suas respectivas especificidades de execução e acompanhamento. Tal condição não impede, porém, que os coordenadores se articulem para promover a integração de ações convergentes existentes no âmbito de cada compromisso.

Quanto às reuniões de execução, a proposta é de que sua realização fique a cargo dos Coordenadores de Compromisso, sendo responsabilidade de cada um avaliar a necessidade e periodicidade mais adequadas. Coube à Equipe de Governo Aberto/CGU e ao GT da Sociedade Civil acompanhá-las quando demandados ou convidados, o que já aconteceu em diversas oportunidades.

A CGU continua responsável por prestar apoio logístico e garantir que as ações de monitoramento ocorram dentro dos prazos previstos, mantendo a atribuição de dar transparência às discussões e aos resultados referentes à execução dos compromissos.

Todas as informações sobre o trabalho de monitoramento e execução dos compromissos pode ser acompanhado pelo endereço:

[http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/copy\\_of\\_planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/4o-plano-de-acao-brasileiro-monitoramento-e-execucao](http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/copy_of_planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/4o-plano-de-acao-brasileiro-monitoramento-e-execucao)

## V – Informações Consolidadas sobre os Compromissos

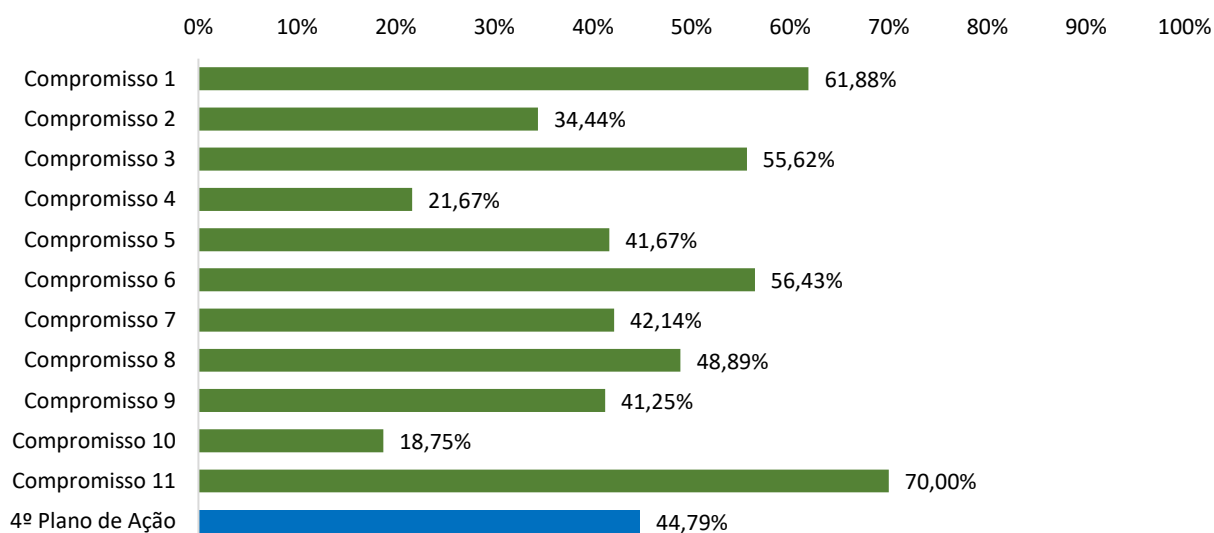
### Desempenho Geral do 4º Plano de Ação Nacional

Com base nos relatórios de execução apresentados pelos coordenadores de compromisso e nas reuniões de execução e monitoramento realizadas no final de 2018 e ao longo do primeiro semestre de 2019, apresentam-se abaixo dados consolidados sobre o desempenho geral do 4º Plano de Ação Nacional, bem como sobre cada um dos compromissos e de seus respectivos marcos.

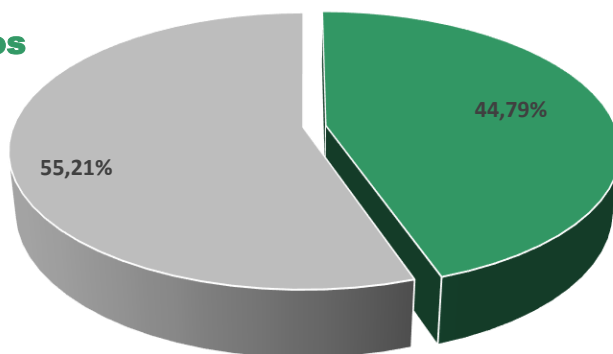
Os valores representados nos gráficos a seguir foram calculados por meio dos percentuais de execução de cada marco, os quais foram indicados pelos coordenadores nos RSE entregues em agosto de 2019. É importante salientar que não houve atribuição de peso diferenciado aos marcos, ainda que, eventualmente, uma atividade demande mais trabalho do que outra.

Cabe esclarecer também que o estágio inicial de execução de alguns compromissos não significa que haja problemas com a ação, visto que os compromissos têm prazos diferentes para a execução de seus marcos.

No tocante ao desempenho geral do 4º Plano de ação brasileiro, até agosto de 2019, o percentual alcançado foi de 44,79%, estando dentro da expectativa de execução da Equipe de Governo Aberto/CGU.



**44,79%**  
**executados**

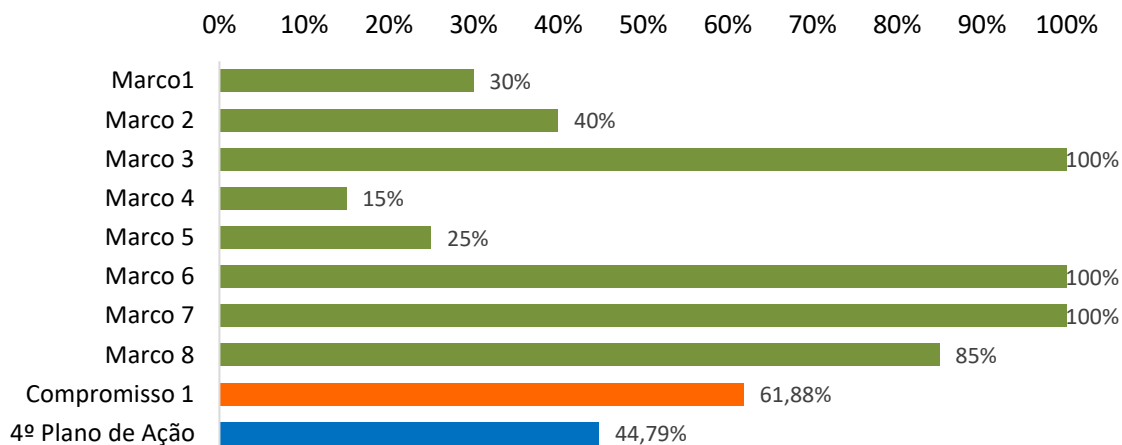


Mais informações sobre a execução do 4º Plano de Ação podem ser encontradas no endereço: [http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/copy\\_of\\_planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/4o-plano-de-acao-brasileiro-monitoramento-e-execucao](http://governoaberto.cgu.gov.br/no-brasil/copy_of_planos-de-acao/4o-plano-de-acao-brasileiro/4o-plano-de-acao-brasileiro-monitoramento-e-execucao)

### Compromisso 1 – Governo Aberto em Estados e Municípios

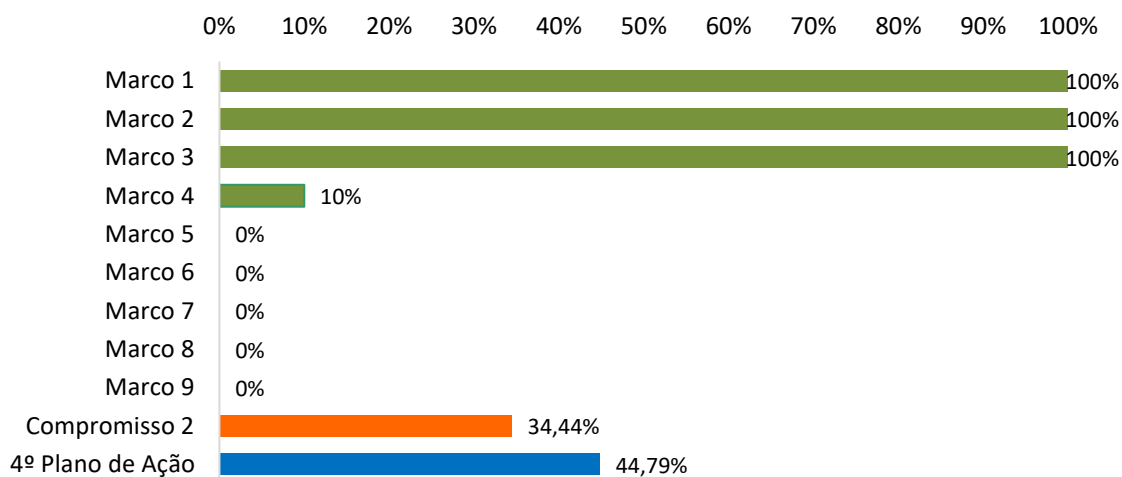
O compromisso 1 tem um bom nível de execução, tendo alcançado a marca dos 61% em agosto de 2019. De forma geral, os marcos estão em andamento dentro do previsto, havendo atraso somente em alguns deles devido à necessidade de se conseguirem parcerias externas para apoio financeiro ou logístico. Em relação a esses marcos, percebe-se que haverá necessidade de repactuar prazos, sendo que, na avaliação do grupo, o replanejamento não comprometerá o resultado geral do compromisso.

Cabe destacar ainda que, segundo a CGU, órgão coordenador do compromisso, as organizações envolvidas no trabalho de execução vêm interagindo de maneira bastante sinérgica e produtiva para desenvolver as atividades planejadas.



### Compromisso 2 – Ecossistema de Dados Abertos

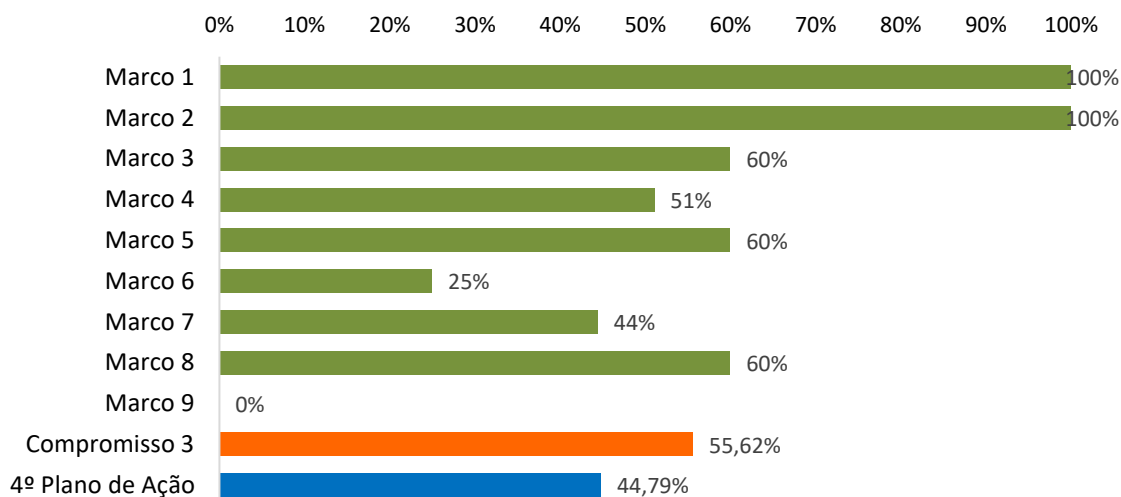
Embora a falta de engajamento de alguns atores e as mudanças administrativas no âmbito do Governo Federal tenham gerado atrasos e imposto a necessidade de replanejamento do trabalho, o compromisso 2 teve um desempenho melhor nos últimos meses, estando com 3 de seus 9 marcos implementados integralmente. De acordo com a CGU, órgão coordenador do compromisso, a realização concomitante de alguns marcos indica que será possível retomar os prazos definidos originalmente já no início de 2020.





### Compromisso 3 – Inovação e Governo Aberto na Ciência

A implementação do compromisso 3 merece destaque e tem sido objeto de grande satisfação para a equipe de monitoramento da CGU. Entre os diferenciais da condução do compromisso, menciona-se que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), como instituição coordenadora, não somente tem realizado reuniões bimestrais de execução para acompanhar de forma próxima o avanço dos marcos, mas também tem conseguido incluir, entre os parceiros de execução, outros órgãos e entidades, governamentais e não governamentais, considerados essenciais para a efetividade do trabalho e para o incremento dos resultados. Tais iniciativas permitiram superar desafios encontrados e garantiram ao compromisso um percentual de 55,62% de execução neste primeiro ano de vigência do 4º Plano de Ação Nacional.

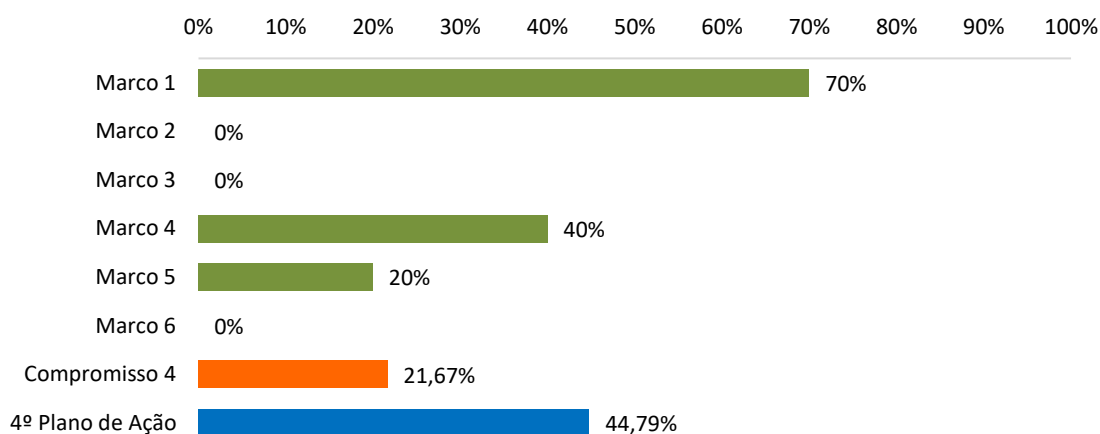


### Compromisso 4 – Fortalecimento do Controle Social do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANASAN

O compromisso 4, que visa implementar ações de formação voltadas aos gestores públicos e à sociedade civil, com o objetivo de ampliar o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e fortalecer o controle social da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), foi pactuado na vigência da Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

A edição da Medida Provisória nº 870/2019, que estabeleceu nova organização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e revogou inciso e artigo da LOSAN, levando à extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no âmbito da estrutura organizativa do SISAN, provocou forte impacto sobre a execução do compromisso. Como consequência, a coordenação, hoje sob responsabilidade do Ministério da Cidadania, se viu obrigada a redefinir representações da sociedade civil e a rever prazos e responsabilidades.

Como, até o momento, o CONSEA Nacional não foi reativado e nem relacionado na estrutura administrativa do Governo Federal, a coordenação do compromisso, a despeito dos esforços, tem encontrado dificuldade para avançar nas ações, o que justifica o baixo percentual de execução.



### [Compromisso 5 – Análise de Satisfação dos Usuários e Impacto Social da Regulação da ANTT](#)

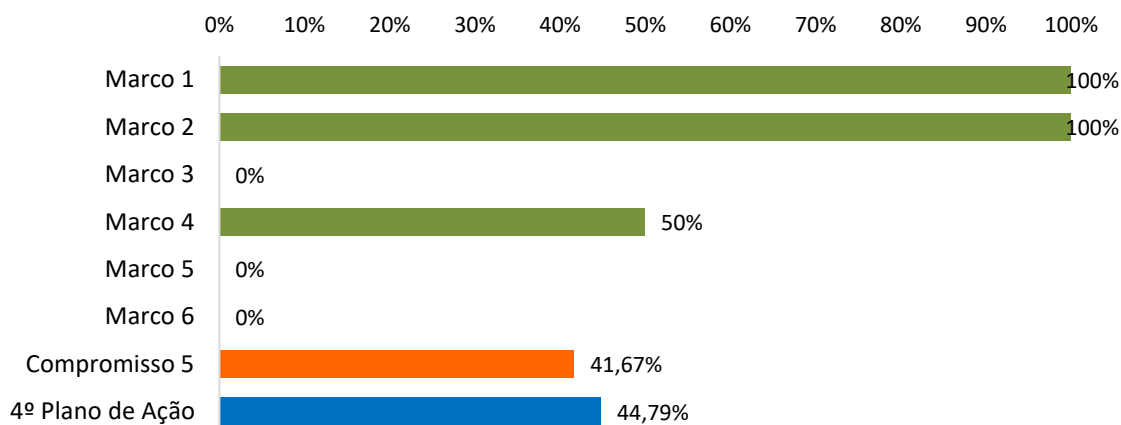
O compromisso 5 tem o objetivo de desenvolver tecnologia e integrar dados dos sistemas online de usuários que utilizam as rodovias, ferrovias e os ônibus interestaduais para envolver o cidadão e gerar valor à atividade regulatória da ANTT, promovendo regulação por meio de incentivos e com melhor observação dos problemas dos mercados regulados. Além disso, o compromisso pretende buscar responder o disposto na Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, mais especificamente ao que está estabelecido no § 1º do art. 23, o qual prevê que os órgãos e entidades públicos devem avaliar os



serviços prestados por pesquisa de satisfação feita, no mínimo, a cada um ano, ou por qualquer outro meio que garanta significância estatística aos resultados.

A despeito de contar com um número reduzido de atores do governo e da sociedade civil no grupo responsável pela execução, o que, provavelmente, sobrecarrega a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), coordenadora do compromisso, não foram relatados problemas na implementação dos marcos.

Conforme apresentado no gráfico abaixo, o compromisso alcançou a marca de 41,67% no primeiro ano de vigência do 4º Plano de Ação Nacional, estando dentro do esperado pelo grupo de monitoramento da CGU.



### [Compromisso 6 – Transparência e Controle social no Processo de Reparação de Mariana e Região](#)

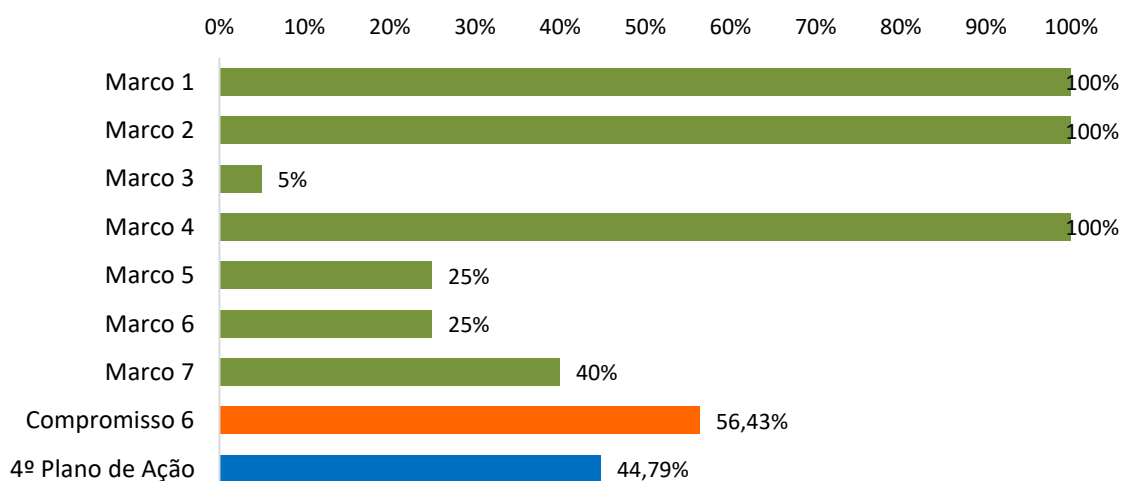
O desenvolvimento do compromisso 6 está ocorrendo dentro dos prazos previstos e as organizações parceiras têm recebido informações suficientes e atuado de maneira satisfatória para contribuir com o alcance de resultados.

Neste primeiro ano de execução, merece destaque o lançamento do [Portal da Transparência da Fundação Renova](#), ocorrido no final do mês de julho. A criação dessa ferramenta assumiu grande centralidade no compromisso e tem sido pré-requisito para o avanço de outros marcos. Cabe destacar, porém, que as informações sobre os Programas desenvolvidos ainda não estão detalhadas no Portal, considerando que

requerem aprimoramentos relativos às entregas, andamento e resultados de cada um deles.

No que diz respeito aos processos de capacitação, a Fundação Renova reiterou o interesse em colaborar com a logística dos eventos. Assim, a CGU apresentará uma proposta básica para subsidiar a análise de custos por parte da Fundação.

Percebe-se que os marcos estão sendo implementados dentro dos prazos previstos e que os novos representantes dos órgãos públicos já se inteiraram das ações e iniciaram articulações institucionais para garantir sua efetiva contribuição nos trabalhos, inclusive com a participação do Comitê Interfederativo (CIF), que funciona como uma instância externa e independente da Fundação Renova, tendo a função de orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução das medidas de reparação, a partir da interlocução permanente entre a Fundação, os órgãos, as entidades públicas envolvidas e os atingidos.



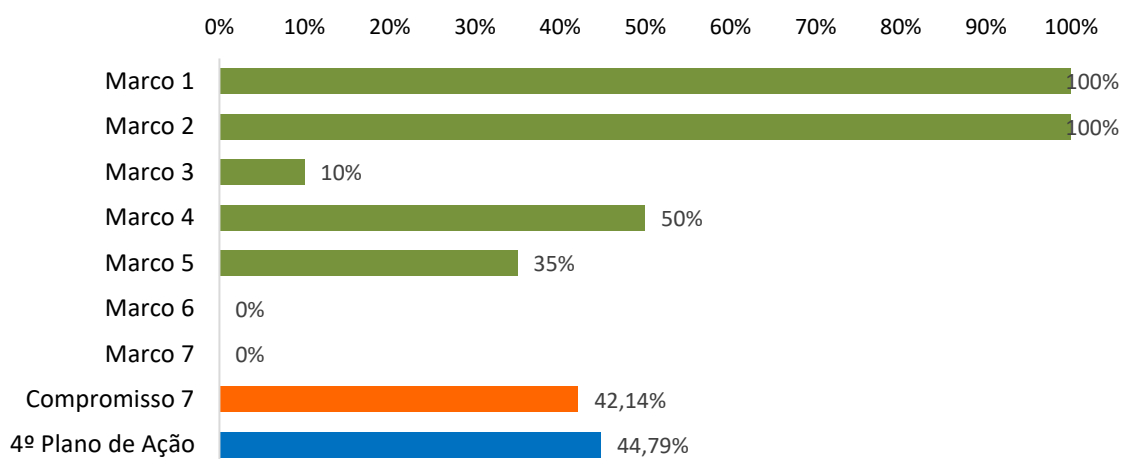
### [Compromisso 7 – Transparência do Processo Legislativo](#)

O compromisso 7 tem como objetivo aprimorar a transparência do processo legislativo por meio do aperfeiçoamento da apresentação de informações de tramitação das proposições, a fim de possibilitar um melhor acompanhamento das matérias e uma maior participação dos cidadãos e das entidades da sociedade civil no processo legislativo.

A execução dos marcos está acontecendo conforme o planejado e tem sido realizada sem a observação de problemas mais complexos. Os produtos são desenvolvidos em conjunto pelas duas casas do Parlamento e contam com o patrocínio das respectivas administrações.

Quanto à participação das entidades da sociedade civil integrantes do grupo responsável pela execução do compromisso, a equipe de monitoramento da CGU avalia que há baixo engajamento, sendo necessário averiguar melhor as causas de tal ocorrência.

O compromisso 7 está com 42,14% de execução e os resultados já estão bem materializados em diversas ações.



### [Compromisso 8 – Transparência Fundiária](#)

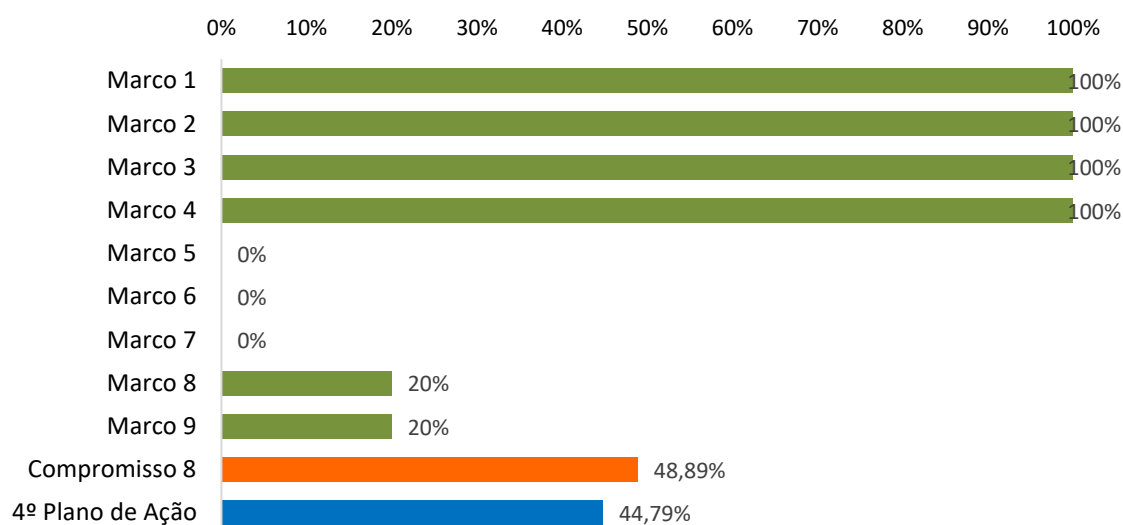
O compromisso 8 tem como objetivo implementar base cadastral única de imóveis, urbanos e rurais, de forma a disponibilizar dados à sociedade por meio do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais – SINTER, garantindo, assim, maior transparência na questão fundiária.

Embora esteja com um bom nível de execução, alcançando 48,89% em agosto de 2019, algumas questões que têm impacto sobre o compromisso devem ser destacadas, a saber: i) as mudanças realizadas na estrutura do Governo Federal com a edição da Medida Provisória nº 870/2019, que estabeleceu nova organização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios e extinguiu unidades administrativas, entre

as quais a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), que havia assumido diversas tarefas no âmbito do compromisso; e ii) a edição do Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, o que dificulta, especificamente, a execução do marco 5, que prevê a criação de um comitê da sociedade civil e do governo para acompanhamento da implementação da interface pública do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

Por fim, segundo a equipe de monitoramento da CGU, o maior impasse observado se dá na relação entre o INCRA e a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), visto que os dois órgãos não conseguem estabelecer um consenso quanto ao local de hospedagem do banco de dados do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF): enquanto o INCRA defende a manutenção em sua Sede, a RFB pretende levar o banco para o CNIR Núcleo.

Neste cenário, está claro que a revisão de prazos e a realização de ajustes no plano de trabalho do compromisso são ações inevitáveis.



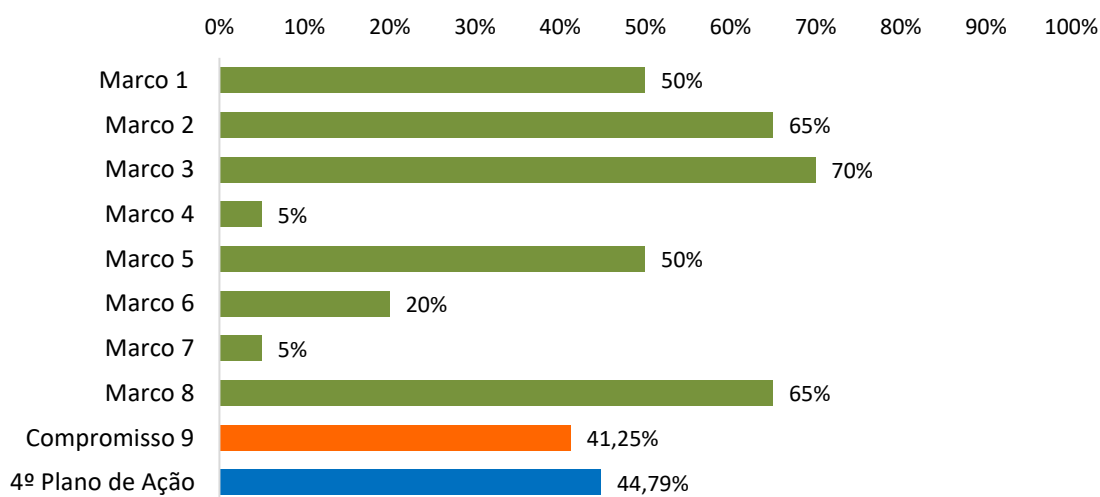
### Compromisso 9 – Governo Aberto e Clima

Em janeiro de 2019, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), órgão coordenador do compromisso 9, também passou por mudanças em sua estrutura devido à edição da Medida Provisória nº 870/2019. As indefinições referentes à organização interna do

MMA, inclusive quanto à nomeação de dirigentes, prejudicaram o início efetivo das atividades de execução do compromisso 9. Superadas essas primeiras dificuldades, ações realizadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela implementação do compromisso permitiram um bom avanço na execução de alguns marcos. Em virtude disso, o coordenador avalia que o atraso inicial não afetará os resultados e nem impedirá que as atividades previstas sejam integralmente realizadas dentro do prazo final estabelecido.

A atuação da sociedade civil neste compromisso tem sido bastante efetiva. Observa-se presença constante nas reuniões, intervenções positivas e interesse em participar mais ativamente do desenvolvimento das ações. Além disso, os representantes das entidades envolvidas têm buscado manter diálogo contínuo com os representantes de governo e manifestado o desejo de que as interações entre todos sejam mais frequentes.

Embora não tenha implementado nenhum marco integralmente, o compromisso 9 está com um bom percentual de execução, tendo alcançado a marca de 41,25%, conforme o gráfico abaixo.

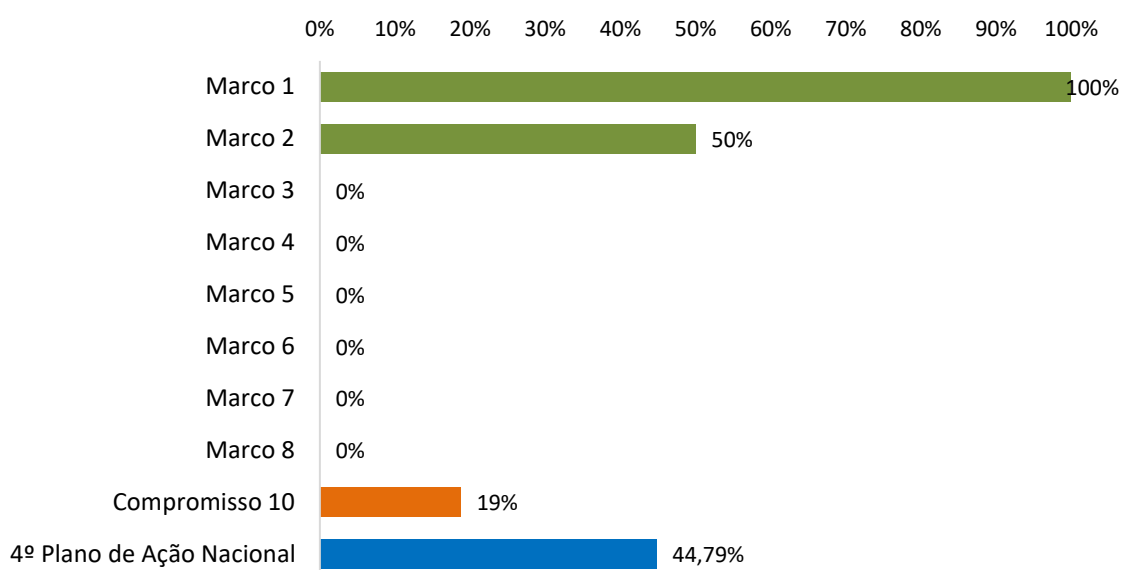


### [Compromisso 10 – Governo Aberto e Recursos Hídricos](#)

O compromisso 10 tem como objetivo fortalecer os mecanismos relacionados ao levantamento e à disponibilização de dados de gestão dos recursos hídricos.

Coordenado pela Agência Nacional das Águas (ANA), o compromisso sofreu um pequeno atraso inicial em virtude da reestruturação provocada pela edição da Medida Provisória nº 870/2019, o que impactou o prazo de execução do marco 1, mas, definidas as questões organizacionais, a implementação tem se dado dentro do programado.

Neste sentido, cabe esclarecer que o baixo percentual de execução apresentado no gráfico abaixo, 19%, não significa que o compromisso esteja enfrentado problemas em seu processo de implementação. Na verdade, a execução está coerente com os prazos previstos, mas diversos marcos do compromisso (5 de um total de 8) têm prazo de conclusão em 2020, o que explica o baixo valor indicado.

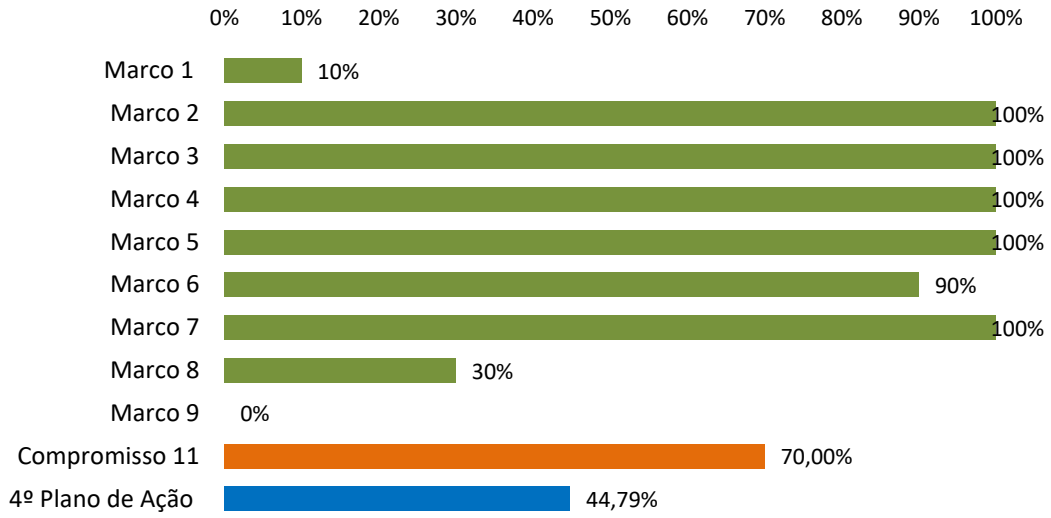


### [Compromisso 11 – Lei de Acesso à Informação \(LAI\) em Estados e Municípios](#)

O compromisso 11 busca incrementar o acesso à informação pública no âmbito de estados e municípios por meio do desenvolvimento e implantação de uma plataforma unificada para pedido de acesso à informação, que seria disponibilizada sem custo para estados e municípios. Diante disso, os órgãos e entidades envolvidos na execução do compromisso concordaram que a melhor alternativa seria trabalhar com um modelo similar ao Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC). Definida esta estratégia de ação, a CGU, órgão coordenador do compromisso, realizou articulações com sua área de Tecnologia da Informação (TI) e avançou no desenho do novo sistema, estando ele, neste momento, já em fase de teste/homologação para a realização de eventuais adequações.



O compromisso 11 alcançou, em agosto de 2019, o patamar de 70% de execução.



## VI – Conclusão

O 4º Plano de Ação do Brasil consolidou a metodologia adotada no plano anterior e aprimorou a colaboração entre governo e sociedade. Avalia-se que os resultados positivos alcançados no 3º Plano, com os necessários ajustes, justificam a repetição dos processos de construção, execução e monitoramento.

O andamento do Plano, a despeito de alguns obstáculos observados na execução de compromissos específicos, está dentro das expectativas. Como observado, com pouco menos de um ano de vigência, já se alcançou um percentual de execução da ordem de 44,79%.

A relação da Equipe de Governo Aberto/CGU com os coordenadores de compromisso e com os demais representantes de governo tem sido bastante produtiva e, neste sentido, cabe um agradecimento a todos pela dedicação e empenho na execução das ações.

Além disso, é necessário reconhecer também o desempenho das entidades da sociedade civil. De forma geral, todas têm sido ativas na execução das atividades sob sua responsabilidade e também no trabalho de controle social quanto ao andamento do Plano.

Por fim, cabe destacar a atuação dos representantes do novo GT da Sociedade Civil, que têm se mostrado interessados não somente em acompanhar os compromissos de perto, colaborando com seus avanços, mas também em se aprofundarem no tema para melhor contribuírem no processo.

Espera-se que este Relatório de Autoavaliação Intermediário tenha tido êxito no propósito de apresentar os resultados preliminares das iniciativas que compõem o 4º Plano de Ação Nacional e que elas ganhem em perspectiva e alcance num futuro breve para materializarem melhorias significativas para a sociedade.



## VII – Anexos

### Lista de Coordenadores de Compromisso (atualizada em 26/08/2019)

<b>Compromisso 1. Desenvolver ações colaborativas para disseminar conhecimento e mapear boas práticas de governo aberto, com vistas a promover engajamento subnacional</b>	
Órgão coordenador	Controladoria-Geral da União – CGU
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Adenísio Álvaro de Souza
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social
E-mail	adenisio.souza@cgu.gov.br
Telefone	(61) 2020-6516

<b>Compromisso 2. Estabelecer, de forma colaborativa, modelo de referência de política de dados abertos que promova integração, capacitação e sensibilização entre sociedade e as três esferas de governo a partir do mapeamento das demandas sociais</b>	
Órgão coordenador	Controladoria-Geral da União – CGU
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Marcelo de Brito Vidal
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência
E-mail	marcelo.vidal@cgu.gov.br
Telefone	(61) 2020-6538

<b>Compromisso 3. Estabelecer mecanismos de governança de dados científicos para o avanço da ciência aberta no Brasil</b>	
Órgão coordenador	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Patrícia Rocha Bello Bertin Juliana Meireles Fortaleza
Cargo - Departamento	Supervisora de Governança da Informação e Transparência Gerência de Riscos, Integridade e Transparência
E-mail	patricia.bertin@embrapa.br juliana.fortaleza@embrapa.br
Telefone	(61) 3448-1808/2407

<b>Compromisso 4. Implementar ações de formação voltadas aos gestores públicos e à sociedade civil com o objetivo de ampliar o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e fortalecer o controle social da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)</b>	
Órgão coordenador	Ministério da Cidadania (incorporou MDS)
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Elcio de Souza Magalhães
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral do Departamento de Integração de Sistemas Públicos Agroalimentares – DEISP
E-mail	elcio.magalhaes@cidadania.gov.br
Telefone	(61) 2030-1161

<b>Compromisso 5. Definir mecanismo de coleta de dados para melhoria de serviços regulados pela Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT) e estímulo da participação da sociedade nas pesquisas de satisfação</b>	
Órgão coordenador	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Paulo Henrique da Silva Costa
Cargo - Departamento	Analista Administrativo/Coordenador de Articulação Superintendência Executiva
E-mail	paulo.costa@antt.gov.br
Telefone	(61) 3410-1680

<b>Compromisso 6. Implementar instrumentos e ações de transparência e acesso à informação e construção de capacidades para ampliar e qualificar a participação e o controle social no processo de reparação</b>	
Órgão coordenador	Controladoria-Geral da União – CGU
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Adenísio Álvaro de Souza
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social
E-mail	adenisio.souza@cgu.gov.br
Telefone	(61) 2020-6516

<b>Compromisso 7. Incrementar a participação de diversos segmentos sociais no processo legislativo (elaboração de normas) a partir de esforços integrados que ampliem a transparência, adequem a linguagem e a comunicação e promovam a inovação</b>	
Órgão coordenador	Câmara dos Deputados
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Antonio Carvalho e Silva Neto
Cargo - Departamento	Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão Assessoria de Projetos e Gestão - APROGE
E-mail	antonio.silvaneto@camara.leg.br cooperacao.dg@camara.leg.br
Telefone	(61) 3216-2010/2045

<b>Compromisso 8. Implementar as bases cadastrais rurais (Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR) e urbanas de forma integrada, disponibilizando os dados à sociedade, com vistas à operacionalização do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER)</b>	
Órgão coordenador	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Celso Menezes de Souza
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Cadastro Rural
E-mail	celso.menezes@incra.gov.br
Telefone	(61) 3411-7378/7703

<b>Compromisso 9. Construir de forma participativa um mecanismo transparente para avaliação de ações e políticas associadas a mudança do clima</b>	
Órgão coordenador	Ministério do Meio Ambiente – MMA
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Adriano Santhiago de Oliveira
Cargo - Departamento	Diretor de Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima
E-mail	adriano.oliveira@mma.gov.br
Telefone	(61) 2028-2241/2170/2469

<b>Compromisso 10. Aperfeiçoar o Sistema Nacional de Informações de Recursos Hídricos (SNIRH) com vistas ao fortalecimento dos Comitês em áreas críticas para gestão integrada dos Recursos Hídricos</b>	
Órgão coordenador	Agência Nacional das Águas – ANA
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Alexandre Lima
Cargo - Departamento	Coordenador do Conjuntura e Gestão da Informação
E-mail	alexlima@ana.gov.br
Telefone	(61) 2109-5365

<b>Compromisso 11. Desenvolver Sistema Eletrônico Nacional para solicitação de informações (e-SIC) com o objetivo de implementar a LAI em estados e municípios</b>	
Órgão coordenador	Controladoria-Geral da União – CGU
Nome do servidor responsável pela implementação no órgão coordenador	Adenisio Álvaro de Souza
Cargo - Departamento	Coordenador-Geral de Cooperação Federativa e Controle Social
E-mail	adenisio.souza@cgu.gov.br
Telefone	(61) 2020-6516

**Composição do novo GT da Sociedade Civil**

<b>Categorias</b>	<b>Entidades</b>	<b>Representantes</b>	
<b>Entidades da Sociedade Civil</b>	Observatório do Código Florestal	Ana Paula Valdiones (Titular)	
		Roberta Rubim del Giudice (Suplente)	
	Transparência Brasil	Manoel Galdino Pereira Neto (Titular)	
		Juliana Mari Sakai (Suplente)	
	Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS)	Paula Oda (Titular)	
		Caroline Burle dos Santos Guimarães (Suplente)	
	Observatório Social do Brasil - Rio de Janeiro	Tatiana Quintela de Azeredo Bastos (Titular)	
		Daniele Chaves Teixeira (Suplente)	
	<b>Entidade representativa dos empregadores</b>	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)	Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante (titular)
			Cristiane de Souza Soares (suplente)
<b>Entidade representativa dos trabalhadores</b>	Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social	Francisco Eduardo Cardoso Alves (Titular)	
		Luiz Carlos de Teive e Argolo (Suplente)	
<b>Entidade representativa do segmento acadêmico</b>	Laboratório de Inovação em Políticas Públicas (LAB)	Rodrigo Tamussino Roll (Titular)	
		Fernanda Scovino Machado (Suplente)	